



UMA ANÁLISE DO ECONOMICISMO: DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA À DESCOLONIALIDADE

Bruno Ferreira Freire Andrade Lira¹

RESUMO

A presente comunicação tem por objetivo discutir como o economicismo tornou-se uma ideologia dominante, estimulando uma financeirização do cotidiano e a naturalização de um homo economicus. Para isso, inicio fazendo uma reflexão sobre a gênese do capitalismo financeiro atual, promovida pelo processo recente de globalização que impulsionou o receituário neoliberal. A economia ortodoxa, a partir da década de 1980, torna-se hegemônica baseando-se em uma tríade: financeirização; concentração da riqueza; desigualdade e exclusão social. O mainstream econômico, centrado na 'matematização' e na calculabilidade, perde sua capacidade crítica ao deixar de considerar a existência de outros fatores não econômicos. Nesse sentido, faz-se necessário a reaproximação da economia com as ciências sociais, em particular a sociologia. Diante disso, considero fundamental a contribuição de duas linhas de pensamento bastante diversas: a sociologia econômica e a descolonialidade. A primeira, traz da variação francesa, a importante reflexão de enxergar os fenômenos econômicos como um fato social total, ou seja, há aspectos econômicos, políticos, sociais, morais e culturais a serem considerados. Enquanto a segunda, refere-se à manutenção da colonialidade, isto é, relações hierárquicas de poder baseadas na opressão/exploração/dominação. Ambas permitem desmitificar o economicismo, através da desconstrução do protagonismo econômico. Possibilita-se, assim, uma ampliação dos escopos analíticos que produzem diferentes leituras da realidade sociopolítica.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Sociologia Econômica. Descolonialidade.

¹ Mestre em Sociologia pela UFPE. Doutorando pelo PPGS/UFPB e Bolsista CAPES. E-mail: bffalira@outlook.com

INTRODUÇÃO

A concepção de desenvolvimento vincula-se com, pelo menos, três olhares: i) a partir de meados do século XX, esteve conectado com o ideal de modernização que se fundamenta na hierarquização entre modernos/avançados e tradicionais/atrasados. A essa última condição situavam-se as regiões da América Latina, da África e da Ásia, havendo a necessidade de aplicar nestas modelos de desenvolvimento que as elevassem a modernização. Nesse sentido, desenvolver circunscreve numa perspectiva de superioridade/inferioridade. ii) Outro entendimento conecta desenvolvimento com progresso, ou seja, para evoluir/crescer é necessário desenvolver certos padrões societários que estariam inscritos nas cidades consideradas como “primeiro mundo”. iii) Há também, a consideração de desenvolvimento como crescimento econômico em que é preciso fortalecer os aportes econômicos, cuja elevação do PIB proporcionaria avanços no bem-estar social.

As três dimensões apresentadas do desenvolvimento conectam-se entre si, revelando uma compreensão baseada em hierarquizações, evolucionismos e na crença econômica. Diante desse quadro, é fundamental retomarmos a uma crítica desconstrucionista e contra hegemônica, que apresente novas reflexões acerca do desenvolvimento e produza modelos alternativos. A proposta do artigo é fundamentar o arcabouço teórico dessa desconstrução, apontando para elementos que venham a contribuir para o alargamento das ideias sobre desenvolvimento.

Para isso o texto divide-se em quatro momentos: i) os elementos gerais que vem a constituir a face mais recente do capitalismo, emergido no processo recente de globalização, que promoveu grandes transformações no tecido social global; ii) a crítica da (nova) sociologia econômica, surgida a partir dos anos 1970/80, e apesar de sua heterogeneidade teórica, aproprio-me de quatro elementos críticos – a dominação financeira centrada no mercado como a instituição central da vida social, o *homo economicus* desde da elite às massas e o economicismo como um saber hegemônico e colonizador; iii) o pensamento crítico latino-americano, desde o debate entre cepalinos e dependentistas acerca do desenvolvimento até a ecologia de saberes da descolonialidade, essa última fundamentada nas ideias de colonialidade, matriz/padrão de poder colonial, estruturas histórico-hierárquicas e colonialismo interno, que ao serem desconstruídas possibilitam movimentos de Giro descolonial,

ou seja, rompimento com as forças hegemônicas; iv) nas considerações finais, proponho dialogar as diversas (nova) sociologia econômica e descolonialidade para ressignificar a compreensão acerca do desenvolvimento.

1. 1. A GÊNESE DO CAPITALISMO FINANCEIRO

O capitalismo das décadas recentes tem se caracterizado pela forte presença da economia ortodoxa (PICKETY, 2015), seja nos discursos do dia a dia como nas tomadas de decisão. Esse processo de financeirização do cotidiano (CATTANI, 2005), cujas expressões como renda, consumo, PIB, taxa de juros e inflação tornaram-se usuais e essenciais na definição dos rumos da vida de cada indivíduo. O *homo economicus* (CAILLE, 1997), aqui forjado, vai em busca do bem-estar individual/familiar, preocupando-se menos com o bem comum e com a equidade coletiva. Nesse sentido, é necessário compreendermos os alicerces que tem possibilitado a construção da hegemonia desse economicismo.

O período que permite uma nova roupagem ao capitalismo é o processo de globalização recente, que tem início ao fim da década de 1970, sendo marcado por profundas transformações políticas, econômicas, sociais, culturais e morais (SANTOS, 2008). Aqui, a revolução tecnológica propiciou a compressão do espaço e do tempo (HARVEY, 2011a), minimizando as distâncias e as fronteiras que separavam os diferentes sujeitos. Nesse cenário, os Estados-nação se viram em mundo altamente conectado e globalizado, passando a questionar o imaginário nacional, formador da identidade (HALL, 2006).

A expansão dos meios de comunicação em massa, a partir da inovação tecnológica, contribuiu para novas formas de se relacionar entre os indivíduos, possibilitando uma maior autonomia e individualidade (CASTELS, 2015). Destaca-se o controle da comunicação por grandes corporações midiáticas, responsável por propagar o ideário economicista. Aliado a estes, tem-se a crise da utopia socialista, com a queda do muro de Berlim (HARVEY, 2011a).

Outro elemento caracterizador dessa época é a ascensão da teoria neoliberal e a conformação de um discurso e de políticas que fomentaram o imaginário da globalização pelo mercado (SANTOS, 2008). Entre as principais políticas adotadas, baseadas na desregulamentação do mercado e na minimização do Estado, teve-se: i)

controle orçamentário; ii) política de privatizações; iii) redução das políticas de assistência social; iv) altas taxas de desemprego; e v) aprofundamento da desigualdade local (ANDERSON, 2007). Aqui, conforma-se uma nova lógica de capitalismo, impulsionada pela globalização econômica, situando o mercado em um espaço transnacional e influente sobre os Estados e os sujeitos (STIGLITZ, 2002).

Diante desse breve resgate histórico, o imaginário capitalista passa a se basear em uma tríade de elementos: a financeirização; a concentração de renda e de poder; e o aumento da desigualdade e da exclusão social. Com o processo de globalização regido pela esfera do mercado, principalmente pela especulação e pelo capital fictício, o rentismo torna-se a expressão máxima do capitalismo (BOLTANSKY; CHIAPELLO, 2009; HARVEY, 2011b). Indivíduos que compram e vendem ações, sem a necessidade de cumprir uma carga de horas trabalhada. Isso proporciona a criação de *High Net Worth Individuals* (CATTANI, 2009), um grupo de diferentes e poucos sujeitos que dominam as transações econômicas e vivem sob o signo da luxuosidade. Como resultado, temos um aprofundamento de um abismo socioeconômico, em que a grande massa tenta sobreviver em meio a pauperização e a vulnerabilidade social. O capitalismo da globalização recente, então, é legitimado pelo discurso economicista que se sustenta sob um trinômio de fatores: i) a utopia do crescimento econômico ilimitado; ii) as variáveis econômicas² como parâmetros de medição do desenvolvimento; e iii) o fortalecimento do mercado como regente do cotidiano e das demandas das populações. Esta ideologia, então, circunscreve-se no estabelecimento da individualidade, da competitividade e da meritocracia (SENNET, 2006) que se propõe a justificar a manutenção dos processos de exclusão e de desigualdade social. Aqui, o direito à vida e a coletividade são subsumidos pelo isolamento do indivíduo imerso em uma cultura do consumo que somente é acessível pela capacidade de competir dentro do livre mercado e o “consequente” merecimento. Outros elementos, como as diferenças, as emoções e as afetividades nas relações sociais, são desconsiderados na promoção de um economicismo baseado numa falsa racionalidade pura.

² PIB, Renda, Salário Mínimo, Taxa de Juros e de Inflação.

2. A SOCIOLOGIA ECONÔMICA

A esfera econômica e os seus fenômenos – mercado, empresas, consumo, crescimento econômico – desde os fundadores da sociologia, são parte fundamental da análise social (SWEDBERG, 2004). Seja em K. Marx, e os seus embates a economia política de A. Smith, D. Ricardo; ou Durkheim, e a sua crítica ao individualismo dos utilitaristas; a Weber, com a racionalidade e a vocação para explicar o espírito capitalista. Aqui, a economia se fazia presente no debate acerca da realidade sociopolítica.

No século XX, no período de consolidação do keynesianismo e do welfare state, a ciência econômica vai se distanciando do debate com as ciências sociais. Volta-se, então, para uma disputa interna entre os pensamentos heterodoxo e ortodoxo. Enquanto os primeiros, impulsionados pelas políticas do pleno emprego, do Estado de bem-estar social e da regulamentação econômica, obtinham resultados positivos; os segundos, buscavam construir críticas contundentes para propagar ideias como a desregulamentação da economia, o corte dos gastos sociais, a flexibilização trabalhista e a privatização dos serviços essenciais (HARVEY, 2011b). No campo teórico, é possível visualizar, também, as diferenças entre as duas reflexões. O heterodoxismo, defendia a aproximação com as ciências sociais, compreendendo a amplitude explicativa da realidade social dentro de uma perspectiva histórica. Diferente do ortodoxo, que se fixava na calculabilidade e na matematização para explicar os fenômenos socioeconômicos, de forma ahistorica (BELLUZO, 2013).

A consolidação do ortodoxismo como o *mainstream* econômico, nas décadas de 1970/80, estimula a sociologia a retomar o seu diálogo mais crítico ante ao avanço do economicismo. A (nova) sociologia econômica, fundamentada na análise sociológica aos fenômenos econômicos, trata de confrontar um olhar economicista que se baseia na escolha racional dos agentes, sem considerar a relevância das influências política, social ou cultural (STEINER, 2006). Aqui, duas vertentes se notabilizam: a Nova Sociologia Econômica de base estadunidense, que se volta para uma análise combinatória entre a economia e a sociologia, com esta última a possibilitar que os fenômenos econômicos sejam vistos de forma multidimensional. Enquanto a Sociologia Econômica de base francesa, defende que a mesma substitua a teoria econômica em voga, visto que os fatos econômicos são fatos sociais totais, ou seja,

é preciso considerar outros aspectos – como o político, o social e o histórico – para além do econômico (BOURDIEU, 2005).

Nesse sentido, a análise sociológica possibilita identificar um quadro bastante complexo referente ao capitalismo da globalização recente, principalmente ao considerar uma dominação financeira que trata de modificar as relações de poder dentro da esfera do mercado (GRUN, 2004). O surgimento, nas décadas de 60/70, de grandes conglomerados e de empresas transnacionais promoveu a desvinculação destas com o Estado planejador (HARVEY, 2011a). Diante da expansão empresarial e da desregulamentação das economias nacionais, a esfera financeira, baseada em escolhas racionais e no puro conhecimento econômico, passou a ditar as regras do sistema capitalista (STEINER, 2006). Se antes a figura central eram os administradores e gestores, centrados na burocracia e na maior eficiência a médio e longo prazo; agora, surgem os acionistas e rentistas (HNWI), alinhados somente com os lucros no menor tempo possível (SARTORI). A governança corporativa, então, surge como uma esfera de regulação social sobre o Estado e as empresas, no intuito de garantir ao sujeito os investimentos mais confiáveis, em termos de retorno econômico (GRUN, 2004).

A financeirização do capitalismo possibilita ao **mercado** ser a instituição central da vida socioeconômica (STEINER, 2006). O Estado torna-se, aqui, uma ferramenta que legitima os preceitos configuradores do livre-mercado. Por isso, a ênfase na minimização das funções estatais, visto que não caberia este intervir na economia, apenas garantir que as demandas mercadológicas sejam praticadas na sociedade. O bem-estar social, por exemplo, principalmente aqueles vinculados aos serviços essenciais como educação, saúde, transporte, seguridade social, devem pertencer a esfera privada, pois a concorrência geraria a melhoria na qualificação, apesar de não poder ser acessado por todos (HARVEY, 2011b). O mercado trata de ser compreendido como uma esfera estritamente econômica fundamentada no saber economicista.

A sociologia econômica trata de desmitificar o mercado como uma esfera estrita ao econômico. Granovetter (2007), identifica como as instituições são construídas socialmente e estão imersas de relações sociopolíticas que as caracterizam. As relações entre diferentes empresas de um mesmo ramo, ou a relação distinta que cada empresa vai possuir com o Estado, são elementos essenciais para compreender

o funcionamento do mercado. As ações sociais, seja de um coletivo ou de um sujeito, não podem se basear apenas nas atividades econômicas como um sistema autorregulador que desloca as relações sociais para relações econômicas (POLANIY, 2000). Nesse sentido, o mercado não se limita a “oferta e demanda”, mas também como os sujeitos vão se relacionar nesse campo.

Outro elemento importante dessa dominação financeira é a ideia do indivíduo egoísta, o ***homo economicus***. A ação deste sujeito baseia-se na busca de satisfazer seus autointeresses e na sua capacidade de fazer escolhas puramente racionais (RAUD, 2009). Podemos falar aqui de uma financeirização do cotidiano, que pode ser retratada no uso indiscriminado do capital fictício, o cartão crédito, ou nas diversas formas de financiamento, que envolvem juros e taxas. Os sujeitos estariam imbuídos de um conhecimento econômico que lhe permitiriam tomar as melhores decisões, baseadas na razão e nas suas necessidades. Distintamente, a análise sociológica demonstra que mesmo imersos em um economicismo, as decisões podem se basear em valores subjetivos e a satisfação pode estar distante das necessidades (RAUD, 2009). Tomando como exemplos os HNWIs, a compra de mansões ou pequenas ilhas (CATTANI, 2009), envolve questões de prestígio social e vai além das necessidades básicas, como segurança, comodidade, privacidade. O comportamento egoísta de determinado sujeito é refletido por outros tantos elementos, que procura no economicismo uma racionalidade que justifique um consumismo e uma forte desigualdade socioeconômica.

Por fim, é preciso considerar, também, o discurso que mantém e legitima a dominação financeira; o **saber econômico** que influencia na prática econômica (STEINER, 2006). A formação de experts, sujeitos com conhecimentos econômicos únicos capazes de compreender a vida econômica. Ideais propagados pelo jornalismo centrado na economia como motriz para o desenvolvimento; ou na educação financeira e as distintas formas de poupar e lucrar capital. Aqui o comportamento dos indivíduos depende das grandezas monetárias. O economicismo apresenta-se como um conhecimento extremamente técnico e objetivo, além de distante do contexto social que o acerca.

A simplificação pela economia ortodoxa, considerando apenas a busca pela maximização do lucro individual e reduzindo os objetos a mercadorias, não possibilita observar a complexidade do campo econômico (RAUD, 2009). Este, ao identifica-lo

como um espaço de disputas de poder, permite considera-lo como um constructo social produto de histórias coletivas. Aqui, temos um espaço criado por agentes econômicos dispostos em uma racionalidade econômica, cujas disposições são socialmente construídas e suas estruturas socialmente constituídas. Opondo-se a uma visão estruturalista e atomista, Bourdieu (2005) identifica a esfera econômica como um campo de luta, em que agentes com posições e capitais distintos disputam espaços que lhe deem maior poder e influência. Não esquecendo, de como tais lutas internas estão vinculadas, também, com mudanças e pressões externas.

Dito isto, a desconstrução pela (nova) sociologia econômica dos elementos bases da dominação financeira – mercado, homo economicus e saber econômico – possibilita ressignificar a concepção hegemônica de desenvolvimento, não o reduzindo ao economicismo e a calculabilidade. Desenvolver, aqui, é entendido como um fato social total, em que é considerado tanto os aspectos econômicos como os políticos, sociais, morais e históricos. O diálogo crítico entre a economia e a sociologia possibilita, então, ampliar a compreensão da realidade sociopolítica (LOPES Jr., 2002).

3. PENSAMENTO CRÍTICO LATINO-AMERICANO

A análise do termo desenvolvimento, a partir da desconstrução da égide da dominação financeira, possibilita propor uma reflexão ampla e crítica deste inserido em um contexto rico de singularidades, a região da América Latina. Esse território, considerado como atrasado, periférico e subdesenvolvido tem estado no cerne do debate sobre modelos de desenvolvimento que possibilitem implementar um ideal de modernização, progresso e racionalidade econômica. Diante disso, construiu-se um pensamento diverso que tem buscado entender desenvolvimento como um fato social total, considerando os diferentes aspectos que o cercam.

3.1 CEPALINOS

Os estudos sobre desenvolvimento se iniciaram dentro da economia clássica com a relação entre trabalho e capital (FIORI, 1999). Em virtude disso, a concepção

de desenvolvimento centralizou-se nos aspectos econômicos, subordinando o político, o social e a cultura. Em outras palavras, desenvolver representaria produção de bens materiais, que apesar de gerar excedentes, não implicaria numa diminuição daquilo produzido, ao contrário, ampliaria a produção em busca do “superlucro” (MARINI, 2008). Durante o período do pós-Segunda Guerra, consolida-se, então, a teoria da modernização ocidental, inspirada na modernidade estadunidense-europeia que “autodenominou” seus países³ como os únicos desenvolvidos e, conseqüentemente, como modelos que deveriam ser almejados. Assim, definia-se que para o pleno desenvolvimento era preciso passar por certas etapas evolutivas (ROSTOW, 1971).

Contra-pondo-se ao ideário hegemônico moderno, o pensamento crítico pós-colonial latino-americano (MARTINS, 2012) tem um papel importante para a formulação de novos imaginários do desenvolvimento, como é o caso das propostas desenvolvimentistas das décadas de 1950 a 80, que crítica o projeto de modernização estadunidense-europeu e a dicotomia do “desenvolvido/atrasado” (TAPIA, 2011). Nesse dualismo, os países da América Latina compartilhavam o status do “atraso” e, visto isso, estimularam-se debates e estudos para problematizar a questão do desenvolvimento.

As formulações da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), durante as décadas de 1950/80, através da liderança de Raul Prebisch (1949) com atuação destacada de Celso Furtado (2007), possibilitaram as bases de um pensamento crítico próprio, referente ao desenvolvimento latino-americano, cujo passo foi importante na interiorização, pelos intelectuais, do dilema estrutural do desenvolvimento regional. Nesse sentido, o debate sobre centro e periferia (RODRIGUEZ, 2009) foi fundamental ao caracterizar o primeiro por seu avanço industrial e tecnológico, sendo formado pelos países que se autodenominaram desenvolvidos, e o segundo de economia primária e em atraso tecnológico, classificados como países subdesenvolvidos. Tal cenário possibilitou o reconhecimento por Prebisch da deterioração dos termos de troca internacional, que identificou o baixo preço na exportação dos produtos primários e o alto preço na

³ EUA; Inglaterra; França; Alemanha

importação dos produtos manufaturados, como um fenômeno político-econômico que mantém e reproduz as bases coloniais (FALETTO, 2009).

Considerando a premissa das etapas necessárias para o desenvolvimento capitalista, o subdesenvolvimento dos países periféricos era compreendido, erroneamente, como uma etapa inicial da modernização. A desmistificação e a ressignificação de subdesenvolvido, como um caráter da singularidade periférica (BIELSCHOWSKY, 2004), permitiu reconhecer a influência das heranças coloniais e do contexto histórico específico da América Latina. Nesta perspectiva reformista, as soluções apresentadas pela CEPAL para o desenvolvimento eram de imprimir um processo de “desenvolvimento para dentro” através de políticas de promoção à industrialização (RODRIGUEZ, 2009). Esse processo, denominado de “substituição das importações”, era centrado, principalmente, na capacitação estatal em relação ao planejamento e à intervenção econômica (FALETTO, 2009).

Porém as tentativas de implementação do novo modelo de desenvolvimento dos países latino-americanos, fundado no Estado como agente ativo, não bastou para corrigir e anular os termos da dependência internacional (MARTINS, 2013). Isso se verificou nos desempenhos das sociedades regionais na segunda metade do século XX. Os fatos provaram que os países periféricos latino-americanos se mantiveram como exportadores de matéria prima, não conseguindo romper a dependência em relação aos grandes centros produtores de manufaturas, o que tem reproduzido uma lógica colonial conhecida. Os países centrais, antigas metrópoles, continuaram a importar os produtos primários e a exportar, à periferia, os bens industrializados, cuja margem de preço era mais elevada por possuir um valor agregado. Portanto, a divisão do trabalho internacional do período colonial continuou a prevalecer no século XX, com a capacidade de fixar os preços pertencentes aos países centrais industrializados (FALETTO, 2009).

Apesar dos avanços, a formação de um pensamento crítico latino-americano sobre o desenvolvimento limitou-se a uma ruptura epistemológica e política com o ideal de modernização por etapas (MARTINS, 2012). O entendimento da condição de sociedade periférica como um problema político-econômico, a ser enfrentado pela ideologia do crescimento econômico, continuou a imprimir o ritmo da modernização nacional, ontem e hoje.

3.2 DEPENDENTISTAS

Diante das dificuldades encontradas pelo processo de substituição das importações imprimiu-se um sentimento de negatividade entre os teóricos da CEPAL. Destaco Celso Furtado e o livro “Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina” (1968), em que o autor chama a atenção para a estagnação e à dependência dos países latino-americanos frente à economia mundial. Dependência que ficou mantida pela lógica “centro-periferia” e pelo insuficiente processo de industrialização, visto a não consideração da singularidade dos contextos políticos de cada país, da forte presença do latifúndio e das desigualdades regionais. Tal entendimento provocou novos posicionamentos no pensamento crítico latino-americano inaugurando uma nova heterogênea corrente, conhecidos como os teóricos da dependência.

Uma primeira reflexão se referiu a uma visão positiva da dependência, argumentada por Cardoso e Faletto (2004) que, de forma geral, viram a possibilidade de desenvolvimento através da dependência, ao compreender o domínio da variável econômica sob a política (MARTINS, 2011). O econômico se revelando no fortalecimento do mercado externo, enquanto a política se limitando ao aparato estatal-burocrático nacional. Os autores sugeriram, assim, uma dependência associada em que os países periféricos iriam desenvolver o seu mercado interno através do aumento da dependência tecnológica e financeira dos países centrais e, posteriormente, ao passar dos anos, essa dependência diminuiria com o aumento dos investimentos internos em tecnologia (MARTINS, 2011). A formulação deste “tipo ideal”, de cunho weberiano, não se preocupou em problematizar as contrapartidas da dependência e desconsiderou certos aspectos sociais e culturais.

Em outra reflexão, cunhada sob a influência do marxismo, está o trabalho de Theotônio dos Santos (2000) e de Ruy Mauro Marini (2008) que entenderam a associação entre a burguesia nacional com o capital internacional como algo oposto a ideia de desenvolvimento. Há de destacar, aqui, a influência⁴ de outra vertente

⁴ Há outras influências tão quanto importantes para esta vertente: no caso, Wallerstein e Braudel com os sistemas-mundo

dependentista, liderada por Paul Baran e André Gunder Frank que, de forma geral, deram ênfase maior as questões externas para justificar a dependência (MARTINS, 2011). Retornando as ideias de Santos e Marini, estes expandiram aquele entendimento ao identificar questões internas como os principais fatores para a manutenção da dependência, pois a possibilidade de acumulação do capital, da ambição do lucro e da exploração do trabalhador estimulou as classes dominantes a desejarem apenas o superlucro (MARINI, 2008). Para estes autores, o desenvolvimento, tanto econômico como político, restringiu-se a ínfima parcela da população periférica. E tal dependência submeteu o nacional às estruturas de dominação internacional, ou seja, às imposições da economia-mundo capitalista (SANTOS, 2000).

Concordando com Grosfoguel (2010), os autores dependentistas do marxismo contribuíram de forma efetiva para a ampliação do pensamento crítico aprofundando o debate político-econômico e vislumbrando as limitações sociais que a dependência agravava num contexto de colonialidade. Entretanto, a manutenção de heranças coloniais no imaginário social e cultural exigiu ir além dos questionamentos políticos e econômicos, identificando uma complexa rede de hierarquizações promotoras das diferenciações sociais.

3.3DESCOLONIALIDADE

Nesse sentido, os escritos dos sociólogos Pablo Casanova (2009) e Aníbal Quijano (2000) propiciaram a interpretação do desenvolvimento em uma conceituação mais ampla, com a valorização dos elementos culturais e políticos, essenciais à definição de colonialidade interna ou de colonialidade de poder, respectivamente (MARTINS, 2012). Para esta corrente a ruptura epistemológica com o discurso de modernização estadunidense-europeia apenas é possível através da descolonização de elementos sociais e culturais. Destaque para a concepção de colonialidade do poder (QUIJANO, 2000; 2010), que emerge identificando a incompletude do processo de descolonização. Isto significa, que a independência das colônias para a formação dos Estados-nação ocorreu de forma incompleta, visto à manutenção de hierarquias coloniais/raciais/gênero/religiosa como estratégias simbólicas de preservação do domínio capitalista (GROSFOGUEL, 2010). A real independência – política, social,

econômica – dos países latino-americanos apenas é realizável com a descolonização completa que só pode ser almejada pela quebra dessas hierarquizações e do estado de colonialidade.

Nesse sentido, é importante compreendermos algumas ideias centrais da descolonialidade. A primeira, refere-se à distinção entre colonialismo e colonialidade (MIGNOLO, 2007). Durante o período de expansão marítima dos Impérios Ibéricos, século XV, o "descobrimento da América" possibilitou a Europa um novo sentido. O mundo "dividiu-se" entre aqueles que eram civilizados, desenvolvidos e modernos, nesse caso os europeus; enquanto no "novo mundo" encontravam-se os primitivos, selvagens e tradicionais. A partir dessa lógica, os "desbravadores" compreenderam que era necessário colonizar os nativos da América, visto estes como seres inferiores. A colonização, então, é feita através da violência/opressão/dominação, destruindo as memórias e impugnando novas formas sociais. Nesse sentido, o colonialismo é parte essencial da construção da modernidade e da expansão do capitalismo, inclusive determinando uma nova divisão de trabalho mundial - extraía-se das colônias as matérias-primas e das metrópoles produziam-se os manufaturados.

O processo de independência e formação dos Estados-nação na América Latina, no século XVIII, foram insuficientes para alterar a situação colonial, descrita acima. Os países latino americanos continuavam dependentes, seja economicamente como politicamente. Prebisch (1949), ao identificar que os países da América Latina exportavam produtos primários por valores menores que importavam os manufaturados, vindos da Europa, apresentava a manutenção de uma colonialidade. Marini (2008) e Santos (2000), ao verificarem que as classes altas apenas se interessavam pelo superlucro, produzindo riqueza aqui, mas mantendo a desigualdade social, pois objetivavam ser "superiores" como os europeus e estadunidenses, também demonstrava a persistência da colonialidade. Nesse sentido, apesar do colonialismo não existir, a situação colonial mantém-se, ou seja, a colonialidade persiste e se insere para além das distinções de classe e/ou status.

A segunda ideia, retrata aquilo que Quijano vai definir como matriz/padrão de poder colonial. Aqui, é onde encontramos o capitalismo global recente e o seu desenho, baseado no economicismo, individualismo e consumo. Este, ao longo dos seus cinco séculos de dominação, trata de influir e definir gostos, estilos de vida e os hábitos cotidianos. O processo recente de globalização, juntamente com o receituário

neoliberal, foram cruciais para o avanço da financeirização e do mercado especulativo, transformando o papel-moeda em dinheiro fictício. Nesse sentido, temos um padrão de poder colonial que oprime/explora/domina e possibilita a manutenção da colonialidade.

A terceira ideia, refere-se as estruturas histórico-hierárquicas (GROSFOGUEL, 2010) que se baseiam numa relação de superioridade e inferioridade entre os indivíduos e os grupos sociais. Ao apresentar o padrão de poder mundial de formar universal, as diferentes sociedades capitalistas se apresentam em distintos níveis e estágios, em decorrência de certos particularismos históricos promotoras de experiências únicas. No caso dos países latino-americanos, a permanência de situações coloniais, mais especificamente a hierarquização étnico-racial/gênero/religiosa, promoveu o enraizamento destas e a naturalização dessas formas. A colonialidade, aqui, possibilita que alguns sejam identificados como superiores a outros, legitimando o poder destes, através da opressão/violência/dominação. Portanto, não é apenas uma distinção de riqueza ou status, há outros elementos culturais e sociais que mantem a colonialidade.

A quarta ideia consiste no conlonialismo interno, interpretado por Casanova (2009) para explicar a situação indígena no México. Todavia, podemos ampliar essa reflexão, corroborada por Martins (2015), que a permanência das situações coloniais e a reprodução desta, dentro dos territórios nacionais, contribui para o fortalecimento das hierarquias de classe\étnico-racial\gênero\religiosa e, assim, discrimina superiores e inferiores, fornecendo privilégios a uns em detrimento de outros. Aqui, o que era uma relação global, de diferenciação entre nações, passa para o nível local, preservando os processos de exclusão e desigualdade social. De tal forma que as estruturas histórico-hierárquicas são vivenciadas cotidianamente, de múltiplas formas.

A descolonialidade, portanto, circunscreve-se como formas de pensamento marginais, localizadas em zonas escuras, que são escondidas pelo discurso hegemônico da modernidade ocidental (MIGNOLO, 2007). Aqui, temos uma pluralidade de experiências, nascidas do colonialismo, porém mantidas sob a colonialidade capitalista. O universalismo, o monologismo e a temporalidade linear são questionados a partir desse processo de desconstrução epistêmica. Não somente, como também as vivências e as práticas diversas que possibilitam a configuração de outros imaginários e saberes. Nesse sentido, denominou-se de Giro

descolonial (BALLESTRIN, 2013) tais movimentos de rompimento com a lógica moderna/capitalista/colonial que trazem consigo alternativas baseadas no contexto local e no reconhecimento da pluralidade societal.

Dentro desse universo de proposições contra hegemônicas, as epistemologias do/sobre o Sul Global (SANTOS, 2008) propõe o rompimento com a monopolização do pensamento moderno ocidental e passam a propagar o reconhecimento de múltiplos saberes, desde o Sul ao Norte, e os avanços conquistados ao dialogar de forma horizontal e reconhecendo as diferenças. A descolonialidade se insere neste imaginário de alternativas (CASTRO-GOMEZ e GROSFUGUEL, 2005) propondo a desconstrução da colonialidade do poder, do saber e do ser e, mais especificamente, da trinca capitalista em que está centrada a vida social. Por isso, o desenvolvimento não pode estar restrito aos aspectos econômicos e mercadológicos, há aspectos políticos, culturais e sociais que necessitam ser realimentados para sugerir alternativas ao discurso hegemônico do crescimento econômico ilimitado (MARTINS et al, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS/CONCLUSÕES

O diálogo entre a (nova) sociologia econômica e o pensamento crítico latino-americano, especificamente a descolonialidade, possibilita caminhar na ressignificação do desenvolvimento ao desconstruir o economicismo e seus elementos fundantes. Isso pode ser conferido, quando alinhamos estes elementos com a ampliação da concepção de colonialidade que passa a atuar em três níveis: i) a colonialidade do poder representativa pelo mercado, em que as relações sociais, sejam no âmbito econômico, político, institucional vigoram de forma hierárquica, excludente e opressora; ii) a colonialidade do saber econômico, baseado apenas no conhecimento moderno estadunidense-europeu da escolha racional, não reconhecendo outros saberes e práticas; iii) e a colonialidade do ser, aquela que age no campo das subjetividades e dos afetos, naturalizando um *homo economicus*, atomizado e distanciado do contexto.

Isso reflete como a colaboração entre esses dois aparatos teóricos permite avançar numa reflexão crítica da compreensão sobre desenvolvimento. Identificando

os fundamentos da doutrinação economicista é possível caminhar em direção a construção de modelos de desenvolvimento alternativos. Tais exemplos podem ser observados nas experiências, nos anos 2000, na América do Sul e os governos progressistas ali eleitos. Aqui, verificamos que o principal elemento de distinção com a perspectiva ortodoxa está sublinhado na construção e no fortalecimento de políticas públicas sociais como núcleo da ideia de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. A. A. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 09/23;

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, nº11, p. 89-117, maio/agosto de 2013;

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **O capital e as suas metamorfoses**. São Paulo: Ed. UNESP, 2013;

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009;

BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. **Revista Política e Sociedade**. Florianópolis. N. 6, p. 15-57, abril de 2005;

CAILLÉ, Alain. **A demissão dos intelectuais – a crise das ciências sociais e o esquecimento do factor político**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997;

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 8. ed. -. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASANOVA, Pablo González. **De la sociología del poder a la sociología de la explotación: pensar América Latina en el siglo XXI**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y CLACSO, 2009

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; e GROSFOGUEL, Ramon. "Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico", In: CASTRO-GÓMEZ, S. & GROSFOGUEL, R. (coords.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2005.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. São Paulo: Paz & Terra, 2015.

CATTANI, Antonio David. A vida precária: bases para a nova submissão. In: CATTANI, A. D.; DÍAZ, L. M. (orgs.). **Desigualdades na América latina: novas perspectivas analíticas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p. 51/71

_____. Desigualdades socioeconômicas: conceitos e problemas de pesquisa. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jul/dez 2007.

_____. Riqueza e desigualdade. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 22, n. 57, p. 547-561, Set./Dez. 2009

FALETTO, Enzo. Cap.1: La CEPAL y la sociología del desarrollo. In: FALETTO, E. **Dimensiones sociales, políticas y culturales del desarrollo**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y Clacso. 2009. p. 79/110

FIORI, José Luís. Introdução: De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, J. L. (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FRANK, Andre Gunder. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento repensando a teoria da dependência**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana: (formação histórica e problema)**. 4. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. In: HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 21ª ed. São Paulo: Loyola, 2011a. p. 115/184;

_____. **O neoliberalismo: história e implicações**. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2011b;

GOMEZ, Rodolfo. Las teorías del Estado en el capitalismo latinoamericano. In: **Crítica y emancipación**. Revista latinoamericana de ciencias sociales. Año IV, n.7, primero semestre de 2012;

GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE-eletrônica**, v. 6, n. 1, art. 9, jan/jun. 2007.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos póscoloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. IN: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

GRUN, Roberto. A sociologia das finanças e a nova geografia do poder no Brasil. **Tempo Social**, v. 16, n. 2. Nov/ 2004

GUDYNAS, Eduardo. La crisis global y el capitalismo benévolo de la nueva izquierda criolla. In: MASSUH, G. **Renunciar al bien común: extractivismo y (pos) desarrollo en América Latina**. Buenos Aires, Mardulce, 2012. p. 103/127

LOPES JR., Edmilson. As potencialidades analistas da Nova Sociologia Econômica. **Sociedade e Estado**. Brasília, vol.17, no.1, Jan/Jun 2002.

MADOERY, Oscar. El desarrollo como categoría política. In: **Crítica y emancipación. Revista latinoamericana de ciencias sociales**. Año IV, n.7, p. 59/84, primeiro semestre de 2012.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina, dependencia y globalización**. Bogotá CLACSO y Siglo del Hombre Editores, 2008

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, Paulo Henrique. **La decolonialidad de América Latina y la heterotopía de una comunidad de destino solidária**. 1ªed. Buenos Aires: Fundación CICCUS; Estudios Sociológicos Editora, 2012.

_____; LIRA, Bruno Freire; LEÃO, Éder Lira de S.; e SANTOS, Leandro. Modelos Alternativos de desenvolvimento. IN: MARTINS, P. H.; SILVA, M. A.; LIRA, B. F.; LEÃO, E. L. S. (orgs.). **Guia Sobre Pós-Desenvolvimento e Novos Horizontes Utópicos**. Estudios Sociológicos Editora. Buenos Aires, Argentina, 2014.

_____. América latina como expresión del sistema-mundo en la organización de los modelos de desarrollo. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, p. 331-346, Maio/Ago. 2013

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa, 2007.

PREBISCH, Raul. **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas**. CEPAL. 1949. Disponível em:

http://prebisch.cepal.org/sites/default/files/2013/prebisch_el_desarrollo_eco.pdf

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. 11ª edição. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2000

QUIJANO, Aníbal. El fantasma del desarrollo en América Latina. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, vol 6, n. 2, 2000

_____. Colonialidade do Poder e classificação social. In: SANTOS, B. S. de (org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

RAUD, Cecile. Bourdieu e a nova sociologia econômica. **Tempo Social**. São Paulo: USP, v 19, n 2, 2007

RODRÍGUEZ, Octavio. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Theotonio. **A teoria da dependência: balanço e perspectiva**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

STEINER, Philippe. **A sociologia econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.

STIGLITZ, Joseph E. **A globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais**. São Paulo: Editora Futura, 2002

SWEDBERG, R. Sociologia Econômica: hoje e amanhã. **Tempo Social**. São Paulo: USP, v. 16, n 02, 2004

TÁPIA, Luis. O tempo histórico del desarrollo. IN: WANDERLEY, F. (Org.) **El desarrollo en cuestión. Reflexiones desde América Latina**. La Paz: CIDES/OXFAM. 2011.